



Recebido em 20/06/2024

Aceito em 29/08/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i43.54095

ARTIGO

O curso de odontologia do instituto profissional Domingos Freire em Ouro Preto: uma breve história (1908-1927)

The dentistry course at the Domingos Freire professional institute in Ouro Preto: a brief history (1908-1927)

Leandro Silva de Paula

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais
<https://orcid.org/0000-0001-5784-5774>

Thalles Dornelas Campos Barbosa

Bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto
<https://orcid.org/0009-0002-0488-3368>

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é compreender as razões pelas quais o curso de Odontologia do Instituto Domingos Freire de Ouro Preto foi criado e investigar os motivos que levaram a sua extinção. O presente trabalho investigou possíveis fatores que levariam ao término das atividades dessa instituição, tais como a mudança da capital para Belo Horizonte; alterações na legislação educacional; escassez de alunos; dificuldades na legitimação dos diplomas etc. Para a realização deste estudo, foi necessário realizar uma pesquisa documental no acervo da Escola de Farmácia de Ouro Preto e lançar mão da perspectiva de Bourdieu para compreender a busca por distinção profissional e pelo capital simbólico em torno dos diplomas de cirurgiões-dentistas. Diante do exposto, corroborou-se que o contexto histórico-social e político da Primeira República foi determinante para que o curso de Odontologia de Ouro Preto sofresse com escassez de discentes diante do crescimento do ensino superior privado na época e tivesse dificuldades em conseguir equiparação com o curso congênere do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Escola de Odontologia. Ouro Preto. História das Instituições.

ABSTRACT: The objective of this research is to understand the reasons why the Dentistry course at the Instituto Domingos Freire de Ouro Preto was created and to investigate the reasons that led to its extinction. This work investigated possible factors that would lead to the end of this institution's activities, such as moving the capital to Belo Horizonte; changes in educational legislation; shortage of students; difficulties in legitimizing diplomas, etc. To carry out this study, it was necessary to conduct documentary research in the collection of the Escola de Farmácia de Ouro Preto and use Bourdieu's perspective to understand the search for professional distinction and symbolic capital surrounding dental surgeons' diplomas. In view of the above, it was confirmed that the historical-social and political context of the First Republic was decisive for the Dentistry course in Ouro Preto to suffer from a shortage of students, given the growth of private higher education at the time, and to have difficulties in achieving equality with the similar course in Rio de Janeiro.

KEYWORDS: School of Dentistry. Ouro Preto. History of Institutions.

Introdução

O intuito desta pesquisa é investigar os motivos que levaram tanto a criação quanto a extinção de um curso de Odontologia na cidade de Ouro Preto em Minas Gerais no início do século XX. Para analisar o prelúdio da criação desse curso, torna-se necessário contextualizar a relação que esta instituição específica tem com a história da Medicina e da Odontologia no Brasil, assim como o papel que ela exerceu no cenário regional.

Analisando o percurso histórico da Odontologia no Brasil, constatamos a existência dos cuidados com os dentes desde a época dos primórdios da colonização, além de uma longa trajetória de luta por distinção, na busca pela legalização de uma profissão e pelo reconhecimento científico de um saber. Apesar de surgir como um ofício mecânico discriminado e subordinado ao campo médico, com o passar do tempo, a Odontologia conquistou sua autonomia tornando-se uma ciência ministrada em instituições de ensino superior desvinculadas das Faculdades de Medicina no Brasil. Segundo Pereira (2013), no período colonial aqueles que exerciam o ofício de curar dentes eram denominados cirurgiões e barbeiros, sendo que os tratamentos dentários também eram realizados por “práticos”, indivíduos sem nenhuma formação institucional. Durante o período colonial, inúmeras foram as tentativas de se regularizar o exercício da prática curativa dos dentes e punir com multas aqueles que realizassem a arte dentária sem licença. Pereira (2013) alude que a Odontologia não era compreendida como um ramo específico do conhecimento científico, sendo exercida por barbeiros, cirurgiões ou por práticos sem formação. José Gonçalves Gondra é um autor que estudou as artes de curar e aponta que:

A medicina no Brasil, em seu início, abrange a História de todas as práticas voltadas para os cuidados com a saúde e daquelas voltadas para a cura propriamente dita, ocorridas desde o início da colonização branca até a fundação dos primeiros cursos de anatomia e cirurgia, em Salvador e no Rio de Janeiro, procurando também reconhecer os sujeitos que exerciam tais atividades. Até o século XIX, a medicina é aquela relacionada à cirurgia rudimentar e à precária clínica dos físicos, cirurgiões aprovados, cirurgiões-barbeiros, aprendizes, sangradores, boticários, curandeiros, pajés, padres jesuítas, feiticeiros, curiosos e outras denominações atribuídas aos ativistas da época. (GONDRA, 2004. p. 29)

Logo, constata-se que havia uma hierarquia entre as artes de curar, nas quais atividades como a farmácia e a cirurgia ficavam em um patamar inferior ao da medicina. Ferrari (2011) destaca que durante muito tempo a odontologia era considerada uma prática “auxiliar” pouco prestigiada que existia dentro da medicina. Tanto que no século XIX, os cursos de Odontologia surgiram no Brasil como ramo das ciências médicas; ficavam anexos às Faculdades de Medicina e contavam com médicos no corpo docente dos cursos. Ferrari (2011) destaca que em alguns países da Europa, até recentemente, se preservava essa tradição. De acordo com Freitas:

As escolas de odontologia se organizaram à sombra dos cursos de medicina, entretanto sem dar importância aos aspectos científicos da profissão, baseando o ensino na prática. A odontologia seguia o seu papel de atividade curadora enquanto a medicina buscava para si a tarefa de atuar na saúde da população de uma maneira mais geral, se organizando em associações profissionais e científicas, com a intenção de impactar positivamente nos costumes da

população, demonstrando todo o seu embasamento teórico e reforçando a sua imagem de ciência, contrapondo-se à odontologia, cada vez mais vista como arte e com seus cursos sendo abertos de acordo com as necessidades mercadológicas, por pressão da população, que necessitava de serviços odontológicos (FREITAS, 2001, p. 35).

De acordo com Carvalho (2006), a Odontologia se tornará uma profissão autônoma e independente dos cursos de Medicina inicialmente nos Estados Unidos, em meados do século XIX. No Brasil, segundo Ferrari (2011), o processo será lento e gradual. Inicia-se com o ano de 1856 quando são estabelecidas exigências necessárias para o exercício da Odontologia no Brasil, por meio de um exame realizado nas Faculdades de Medicina para habilitar aqueles profissionais que quisessem atuar como dentistas. Anos mais tarde, será introduzida uma disciplina chamada Cirurgia Dentária nos cursos médicos e irá se estabelecer em 19 de abril de 1879, pelo artigo 24 do Decreto nº 7.247, que: “A cada uma das faculdades de Medicina ficam anexos: uma Escola de Farmácia, um Curso de Obstetrícia e Ginecologia e um outro de Cirurgia Dentária” (Brasil, 1879). Na década de 1880, houve a Lei nº 3.141 de 30/10/1882 e a reformulação dos estatutos das Faculdades de Medicina pela Reforma Sabóia, Decreto Lei nº 9311 de 25 de outubro de 1884 que possibilitou a abertura de cursos de odontologia, integrados aos de Medicina. A partir do referido decreto de 1884, a Odontologia foi reconhecida como Curso Superior, sendo criadas as condições legais e materiais para sua institucionalização.

No entanto, inúmeros foram os obstáculos para que o curso de Odontologia conquistasse sua autonomia em relação à Medicina. As reformas educacionais ocorridas no âmbito federal durante a primeira República foram marcantes no ensino de Odontologia no Brasil: alteraram a duração dos cursos, ora reduzindo ora ampliando as disciplinas ofertadas; modificaram os exames preparatórios necessários para ingresso nas faculdades; e impactaram a validade dos títulos de cirurgia-dentista concedidos pelas faculdades da época (QUEIROZ, 2006). A reforma Rivadávia Corrêa (1911) criou condições para o surgimento de instituições privadas subvencionadas pelos Estados, o que provocou a proliferação de cursos de ensino superior, entre eles Farmácia e de Odontologia eram os mais ofertados pela iniciativa particular no Brasil, seja pelo custo de implantação inferior ao de Medicina ou até mesmo pela alta demanda existente. Além disso, Queiroz (2006, p. 84) destaca que durante a vigência da Reforma Rivadávia (1911-1915) ocorreu a livre diplomação e um “movimento pela eliminação dos privilégios dos diplomas escolares, entre eles o do ensino superior”.

No artigo intitulado “Os caminhos públicos da odontologia paulista no início do século XX”, Martino, Botazzo e Zilbovicius (2010) apontam que, em 25 de outubro de 1884, houve a criação do primeiro curso de Odontologia no Brasil junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Anos depois, iniciou-se as atividades do curso de Cirurgia Dentária da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia (1891). Em 1898, criou-se a Escola de Odontologia de Porto Alegre, em 1901 a de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia na Faculdade de Medicina de São Paulo, e em 1905, a escola livre de Odontologia do Rio de Janeiro, sendo acompanhadas posteriormente pelos cursos criados no Pará, Pernambuco, Ceará e etc. Além dessas instituições, dezenas de outros cursos de Odontologia foram fundados em território nacional até o final da Primeira República.

Em 1925 existiam no mínimo mais 20 Escolas de Pharmacia e Odontologia em funcionamento espalhadas pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e regiões Sul, Zona da Mata, Campo das Vertentes e Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais e Cunha (2007, p. 156) justifica que este aumento da procura pelo ensino superior teria sido reflexo das transformações econômicas e institucionais (GUILHERME, 2016, p. 23)

Em Minas Gerais, os primeiros cursos de Odontologia foram o do Instituto Granbery em Juiz de Fora (criado em 1904), a Escola Livre de Odontologia de Belo Horizonte de 1907 e o curso de odontologia oferecido pelo instituto Domingos Freire em Ouro Preto de 1908 (objeto de estudo desta pesquisa). De acordo com Corrêa e Gusmão (2011, p. 106), desde 1893, o senador estadual de Minas Gerais, Virgílio de Melo Franco, já tinha desenvolvido um projeto que visava criar uma Faculdade de Medicina e Farmácia em São João del Rey que ofertaria também cursos de Obstetrícia e Odontologia. No entanto, tal proposta não teve aprovação final.

Queiroz (2006) também ressalta que os cursos de Odontologia, junto com os de Farmácia, eram considerados menos onerosos e também mais fáceis de serem mantidos do que os de Medicina. O que justifica a proliferação destas instituições no final do século XIX e início do XX, além da pulverização dos estudantes que passaram a ter um leque de instituições para escolherem, sendo muitas delas menos rigorosas em seus exames do que as tradicionais.

A contenção da proliferação das instituições de ensino superior no Brasil começa a se intensificar com a promulgação do decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, que reorganizou o ensino secundário e superior. Trata-se da Reforma Carlos Maximiliano que instituiu o exame vestibular. Queiroz (2006, p. 91) alude também que a partir do decreto 15.003, de 15 de novembro de 1921, o exercício profissional da odontologia passou a ser assegurado aos portadores de títulos conferidos pelas faculdades de medicina ou equiparados. Foi um marco no processo de regulamentação do exercício profissional e na legitimação das instituições de ensino como local de saber e de formação. Na perspectiva do Bourdieu, a posse de um diploma concede ao seu portador poder simbólico e o reconhecimento de um saber. Maria Alice Nogueira (2009, p. 43) afirma que “[...] o capital simbólico diz respeito ao prestígio ou à boa reputação que um indivíduo possui num campo específico ou na sociedade em geral”. Ou seja, aos poucos a Odontologia deixou de ser uma ocupação exercida por leigos ou práticos e iniciou o seu processo de profissionalização, tornando-se um campo de conhecimento restrito aos profissionais formados. Além disso, vale destacar também que a Primeira República foi um momento de grande aproximação entre o curso de Odontologia e o de Farmácia que, apesar de possuírem suas especificidades, seguiram trajetórias semelhantes na busca por legitimação e muitas vezes se juntaram em uma mesma faculdade durante o processo de criação das primeiras universidades brasileiras no século XX (PEREIRA, 2013).

Conflitos entre diplomados e práticos na arte de curar

Em seus estudos, Ferrari (2011) constata que a criação das primeiras faculdades de Odontologia no período republicano coexistiu com a atuação de dentistas práticos que disputavam por espaço profissional. Neves Abreu (2021) aponta que as tensões

entre os formados em instituições de ensino superior da área da saúde e os demais curadores acentuaram-se com o aumento do número de diplomados. Na perspectiva de Bourdieu, havia uma busca por reconhecimento e distinção dos profissionais da saúde que desejavam se aproximar do prestígio das áreas médicas e se distanciarem dos práticos e dos leigos que exerciam as artes de curar. Foi um período de criação de leis que tentavam regularizar a Odontologia no Brasil e assim como em outros estados, em Minas Gerais “também ocorreram transformações no sentido de institucionalização das ciências da saúde, tendo como eixo o arcabouço cientificista, higienista e civilizador, sendo a reorganização do Serviço Sanitário, em 1895, uma de suas expressões” (NEVES ABREU, 2021, p. 3).

Na busca por delimitação do mercado de atuação, os farmacêuticos e dentistas formados em instituições de ensino procuravam deslegitimar práticos e leigos que passaram a ser acusados de charlatanice. Caso exemplar desse conflito entre práticos e formados é apresentado por Ferrari (2011) que, em suas pesquisas, analisou um telegrama de 1916 escrito pela Associação Central Brasileira de Cirurgiões-Dentistas e destinado ao Ministro de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, Dr. Carlos Maximiliano, que explica a falta de inspeção no curso de Odontologia de Belo Horizonte devido a proposta que circulava na época de se suprimir por completo o curso de formação de dentistas da capital mineira. No telegrama constava a informação de que, em 1914, o curso tinha sido frequentado por apenas oito alunos e que até mesmo no Rio de Janeiro, a partir do decreto 11.530, não se exigia mais registro de diploma na Diretoria Geral de Saúde Pública para se abrir gabinete de cirurgião-dentista (FERRARI, 2011, p. 54).

Uma estratégia bastante adotada para se conter a atuação de curandeiros e práticos era a realização de denúncias sobre casos relacionados ao exercício ilegal da medicina, da farmácia e da odontologia. Um caso de denúncia que elucida tal afirmação ocorreu na cidade de Ouro Preto-MG, local que abrigou a primeira faculdade de Farmácia desvinculada de um curso de medicina na América Latina (1839). A Faculdade de Farmácia de Ouro Preto era uma instituição que gozava de prestígio e reconhecimento nas cidades mineiras, no entanto, os farmacêuticos enfrentavam inúmeros obstáculos para reconhecer seus diplomas durante a Primeira República (PAULA; CARVALHO, 2020) e os formados competiam por campo de atuação com práticos e leigos. Conforme o Decreto n. 169, de 1890, ficou estabelecido que “onde não houvesse estabelecimentos farmacêuticos sob a direção de profissional habilitado era facultada licença a um prático”, tal decreto gerou várias reclamações e denúncias de abusos. Sendo uma delas, um artigo acusatório publicado pelo jornal “Correio do Amanhã” em 1908 por um ex-aluno da escola de Farmácia de Ouro Preto chamado Arcanio de Paiva Reis.

Um abuso apoiado pelo secretário do interior do E. de Minas Gerais. Atualmente a classe farmacêutica tem sofrido o maior desprezo por parte dos homens que dirigem os destinos do Estado mineiro. A começar pela Escola de Farmácia, onde observamos um limitado programa, lecionado em dezoito curtos meses alheios de férias e interrupções, por este ou aquele motivo, notamos uma quase desorganização tanto intelectual, como moral nessa condição, a quem cabia dar tanta surpresas científicas, desde que o seu estudo fosse feito com o devido mérito e atenção. (...) Temos que sujeitar a uma organização desmantelada, em que o

título de farmacêutico é dado tanto ao diplomado como a qualquer charlatão. Aqui vivemos submissos às ondulações da política local, pois o dia que uma Câmara, contraria as simpatias do profissional, entender que o lugar comporta mais duas ou três farmácia, a pedido de um correligionário que disponha de força eleitoral, é claro e notório que este último será e o governo, de acordo com tal decreto, vão facilitando e fazendo o que lhe é solicitado. (...) Neutralidade esta que será demonstrada pelo desleixo e abandono da classe, que, visando só e unicamente pelo lado pecuniário, tratará a toda pressa, esquecendo-se da própria consciência de constituir sua independência, para livrar-se do jugo a que está sujeito. Belo argumento é o do nosso governo: “Facilitar as práticas com o fim de socorrer as povoações destituídas de recursos”. Não vê que as nossas Escolas e Faculdades vomitam turmas e turmas de diplomados, que estão banzando sem lugares para estabelecerem-se? Não vê que facilitar aos práticos é sacrificar o dinheiro de tantos país, e permutar um homem completamente pobre (essa parte está dobrada) ...essas mesmas teorias? Entretanto, não obstante ter dado esse passo para o fatal desequilíbrio da nossa classe, ainda chega a tolerar verdadeiros abusos, conservando-se imóvel como uma estátua diante das reclamações a que tem um farmacêutico direito de fazer. E assim que existe no distrito de São João Batista das Cachoeiras um indivíduo que conserva uma farmácia, nos compartimentos internos de sua casa, vendendo publicamente medicamentos; aviando receitas medicas, colocando rótulos com o seu próprio nome, sem temer aos rigores da lei. Tem continuas transações com as principais drogarias do Rio, cujas cargas são despachadas com destino a essa localidade. Ocupando uma posição relativamente superior a um legalmente estabelecido, porque não está sujeito aos direitos, procura fazer sorte de pressões com o fim de impedir a permanência de um outro competidor. Esse indivíduo mentiu escandalosamente ao governo, por intermédio de falsos documentos, que há muito se achavam em Ouro, entretanto em Cachoeiras continua a residir com sua família, onde manipula abertamente a todos que lhe procuram. E eu, confiando no caráter remeto, integro e ilustrado do nosso atual secretário do interior, registrei no dia 18 de abril do corrente ano uma denúncia, onde se achavam inclusos, não somente os rótulos da tal farmácia, como também documentos das principais autoridades de Ouro Preto, que provavam o nunca ter esse senhor se estabelecido aqui (REIS, 1908).

Além da acusação de que práticos estavam sendo favorecidos em Ouro Preto na abertura de farmácias, Arcanio também lamentou em seu artigo o descaso do secretário de Minas Gerais ao receber tal denúncia.

Foi essa denúncia feita com todo capricho por um dos nossos mais distintos advogados Sul-Mineiros. O Sr. secretario nem ao menos se abalou com isto. (...) Escrevo-as, pois, com o exclusivo fim de tornar bem claro ao povo brasileiro o desprezo com que respondeu o Dr. Secretario a um cidadão que não lhe pedia favores, mas simplesmente reclamava seus direitos. Minas – 27 – 8 –1908. (IBIDEM).

Neves Abreu (2021) aponta o jogo de interesses políticos e sociais acerca das profissões de curar. O autor destaca que na defesa dos práticos pode-se salientar a atuação de Mello Franco e Pedro Drummond que apoiavam a concessão de licenças desses sujeitos para atuarem, desde que satisfeitas algumas condições exigidas. Outra ideia que ele defende é a de que em muitas cidades, os práticos eram indivíduos influentes na localidade e que por vezes exerciam do seu capital simbólico e das suas redes de sociabilidade para conseguir autorização para abertura de seus estabelecimentos. Neves Abreu (2021) também destaca a dificuldade enfrentada pelas autoridades de

saúde em fiscalizar a abertura de estabelecimentos no final do XIX e que muitos práticos conseguiram exercer o seu ofício devido à escassez de profissionais formados.

Por meio do Decreto n. 876, de 11 de novembro de 1895, a Diretoria de Higiene intensificou a fiscalização das profissões médica, farmacêutica e odontológica. Cirurgiões-dentistas, farmacêuticos e obstetras enfrentaram dificuldades na busca de reconhecimento institucional e tinham que apresentar seus títulos e licenças à Diretoria de Higiene, que proibia estabelecimentos de serem abertos sem autorização (ABREU, 2021). Visto que a transição do século XIX para o XX foi marcada pelo aumento de diplomados e pelo avanço das discussões sobre a profissionalização das artes de curar, o que provocou o aumento da necessidade de uma fiscalização mais eficiente. Complementa Carvalho:

[...] a conseqüente proliferação de grupos distintos de praticantes, qualificados e desqualificados na arte dental, competindo pelo mercado de serviços odontológicos evidenciam as disputas travadas em torno do estabelecimento de uma jurisdição sobre esse campo de trabalho e a emergência da odontologia como 'profissão moderna' (CARVALHO, 2006, p. 55).

Por fim, Ferrari (2011) comenta que as faculdades livres (particulares) foram legalizadas a partir do decreto 7.247 de 19 de abril de 1879, e a partir desse momento começam a surgir cursos de Odontologia desvinculados das Faculdades de Medicina que poderiam existir desde que seguissem as regras dos cursos nos quais eles deveriam ficar equiparados. No caso de Minas Gerais, além das faculdades tradicionais, “existem no Estado outros institutos de ensino superior, funcionando, como aqueles, com a maior regularidade e criados pela iniciativa particular, tais como a Escola de Engenharia e a de Odontologia, na Capital, o Instituto Domingos Freire, em Ouro Preto, e os de Direito, Medicina, Pharmacia, Odontologia, etc., em Juiz de Fora, Ouro Fino e em outras cidades” (BRANDÃO, 1914, p. 27). Dessa forma, inicia-se a proliferação de escolas de Odontologia pelo Brasil, sendo uma delas o Instituto Profissional Domingos Freire, que passou a funcionar em anexo à escola de Farmácia de Ouro Preto.

A criação do curso de Odontologia do Instituto Domingos Freire em Ouro Preto

Apesar dos percalços enfrentados pela Faculdade de Farmácia de Ouro Preto na primeira década do século XX e mesmo diante das inúmeras denúncias de abusos de profissionais sem qualificação exercendo as artes de curar, de acordo com José Ramos Dias (1989), os professores farmacêuticos de Ouro Preto conseguiram fundar um curso de Odontologia no mesmo edifício da Escola de Farmácia no dia 20 de fevereiro de 1908. Godoy (2019) comenta que desde o final do século XIX já existiam propostas de se criar cursos de Odontologia e Obstetrícia em Ouro Preto. Tanto que o autor destaca que em 1895, Cornélio Vaz de Melo (professor das cadeiras de anatomia e botânica da Escola de Farmácia e médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro) comunicou que ele e outros docentes pretendiam criar na escola de Farmácia um curso de parteiras (sage-femmes), enquanto em 1886 o médico e professor da Escola de Farmácia Pedro José da Silva e o dentista José Pedro de M. Drummond anunciaram a ideia de se criar curso de Odontologia na cidade de Ouro Preto, no entanto, tais propostas não se concretizaram.

A criação desses cursos em Ouro Preto só aconteceu um ano após a fundação da Escola de Odontologia da nova capital em Belo Horizonte (1907), ou seja, em 1908, quando foi instalado o Instituto Profissional Domingos Freire. O nome do instituto foi escolhido em homenagem ao renomado cientista e Diretor do Museu Nacional. Tal instituição contou com a autorização do governo e tinha a finalidade de manter cursos de Odontologia, Obstetrícia e de Preparatórios. O curso de Obstetrícia durou apenas 2 anos, enquanto os de preparatórios foram extintos em 1915 quando ocorreu a Reforma Carlos Maximiliano que suprimiu os exames de admissão feitos perante as escolas ou academias. Por sua vez, o curso de Odontologia foi criado em 1908 e teve maior duração que os demais, transformando-se em Escola de Odontologia de Ouro Preto e ficando sob a direção do professor da Escola de Farmácia Jovelino Armínio de Souza Mineiro. Constata-se as condições de criação na correspondência escrita pelo secretário do Interior de Minas Gerais Carvalho Bratt na época da criação:

Secretaria do interior do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 11 de Março de 1908. Snr. Diretor da Escola de Pharmacia de Ouro Preto. Em resposta a vossa carta de 7 do corrente, declaro-vos que poderá funcionar no edifício dessa Escola o curso de Odontologia ultimamente criado nessa cidade, desde que o seu funcionamento nenhuma perturbação cause a boa marcha dos trabalhos do curso farmacêutico (BRATT, 1908).

Foto do professor Jovelino Mineiro



Fonte: Foto retirada da obra “Apontamentos Históricos da Escola de Farmácia de Ouro Preto”, segunda edição atualizada, abril de 1961. Autor: Alberto Coelho de Magalhães Gomes.

A Escola de Farmácia de Ouro Preto



Fonte: Imagem retirada da obra “Apontamentos Históricos da Escola de Farmácia de Ouro Preto”, segunda edição atualizada, abril de 1961. Autor: Alberto Coelho de Magalhães Gomes.

Na fundação do curso de Odontologia de Ouro Preto ficou condicionado que o seu funcionamento não poderia provocar nenhuma “perturbação” aos trabalhos desenvolvidos no curso farmacêutico da Escola de Farmácia. Dessa forma, é plausível termos como hipótese de que a atuação de um mesmo grupo de professores nos cursos de Farmácia e de Odontologia, além do compartilhamento do espaço físico e de equipamentos poderiam ser agravadores para o bom funcionamento do curso farmacêutico que na época já estava sofrendo as consequências da reforma educacional Epitácio Pessoa que reduziu a duração do curso para dois anos, demitiu funcionários e reduziu os laboratórios (PAULA, 2020).

Em 1908, o curso de Odontologia tinha como duração apenas dois anos e possuía oito cadeiras, sendo quatro delas ministradas por professores do curso de Farmácia. A partir do ano de 1912, o curso começou a funcionar em prédio separado anexo ao da Escola de Farmácia e os laboratórios e os gabinetes foram montados.

Quadro 1: disciplinas ofertadas no curso de Odontologia em 1908

1º ano	2º ano
Anatomia descritiva de cabeça – Dr. João Batista Ferreira Veloso.	Terapêutica dentária – Professor Otávio Vieira de Brito.
Fisiologia – Professor Alberto Coelho de Magalhães Gomes.	Microbiologia e Higiene – Professor Jovelino Mineiro.
Histologia – Dr. Claudio Alaor Benhauss de Lima.	Prótese – Professor Nelson Gonçalves.
Anatomia patológica e patologia da boca – Dr. João Batista Ferreira Veloso.	Clínica Odontológica – Professor Vicente Rodrigues.

Informações retiradas da obra: RAMOS, José. Apontamentos históricos, 1989, p. 125.

Submetendo-se constantemente à fiscalização e possuindo condições para sua equiparação, Dias (1989) menciona que o Curso de Odontologia estava funcionando com regularidade e aguardava o prazo de fiscalização para ser equiparado, quando

foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino que acabou com o regime de equiparações. Dessa forma, em março de 1913, os diplomas emitidos pelo curso de Odontologia foram admitidos a registro na Diretoria de Higiene, sendo autorizados pela lei estadual nº 657 de 11 de setembro de 1915 e posteriormente pela Lei nº 694, de 14 de novembro de 1917, anexou-a à Escola de Farmácia, para o efeito de seu reconhecimento. Diante do exposto acima, corrobora-se que durante o período em que esteve sob a tutela do governo estadual, apesar das dificuldades financeiras, a Escola de Farmácia além de formar farmacêuticos, também contribuiu na criação de novos cursos na região de Ouro Preto.

A transferência da capital para Belo Horizonte e a extinção do curso de Odontologia em Ouro Preto

O presente trabalho tem como intuito investigar os possíveis fatores que levaram ao término das atividades da Escola de Odontologia de Ouro Preto. Uma hipótese investigada foi a de que a mudança da capital para Belo Horizonte e a concorrência direta sofrida após a criação de uma escola correlata na nova capital teria provocado o fim do curso de Ouro Preto. Sendo assim, torna-se imprescindível investigar a relação existente entre essas duas instituições. A Escola Livre de Odontologia de Belo Horizonte foi fundada em 1907, por iniciativa de Manoel Teixeira de Magalhães Penido. O curso prestava bons serviços e manteve-se com um quantitativo regular de alunos durante seus primeiros anos, de acordo com relatórios de presidente de estado de Minas Gerais da época.

Devido a recomendável iniciativa particular, fundou-se na Capital a Escola Livre de Odontologia, que funciona com regularidade, prestando bons serviços aos que desejam dedicar-se à respectiva profissão (Minas Gerais, Presidente Julio Bueno Brandão, mensagem de 15 de junho de 1911, pg. 21)

Em relação ao quantitativo de alunos matriculados, observa-se que de 1915 até 1919 ocorreu uma oscilação nas matrículas. No entanto, o curso de Belo Horizonte continuou a funcionar normalmente. Ver quadro abaixo:

Quadro 2: número de alunos matriculados no curso de Odontologia de Belo Horizonte por ano

ANO	Matriculados no 1º ano	Matriculados no 2º ano	Total de matriculados
1915	-	-	73 alunos
1916	43 alunos	42 alunos	85 alunos
1917	26 alunos	33 alunos	59 alunos
1918	13 alunos	25 alunos	38 alunos
1919	30 alunos	13 alunos	43 alunos

Fonte: dados obtidos por esta pesquisa. Relatórios de presidente de Estado de Minas Gerais.

Por sua vez, segundo o secretário do Estado de Minas Gerais, a matrícula na Escola de Farmácia de Ouro Preto se demonstrou limitada na década de 1920, devido a rigidez da instituição e a existência de outros estabelecimentos similares:

O único estabelecimento de ensino superior mantido pelo Estado é a Escola de Pharmacia de Ouro Preto, que conversa com zelo a boa reputação adquirida em longo período de existência. (...) A matrícula de alunos tem sido limitada, atribuindo-se isso á circunstancias de manter a Escola disciplina severa e de muitos outros estabelecimentos congêneres terem surgido sob o regime da equiparação. A cifra atual é de 44 alunos. O Estado subvenciona a Faculdade Livre de Direito, a de Medicina, a de Odontologia e Pharmacia e o Instituto de Química Industrial, todos nesta Capital (MOURA, 1924, p. 250-251).

Corroborar-se também o limitado número de alunos na Escola de Farmácia de Ouro Preto por intermédio de outro relatório datado de 14 de julho de 1928 que declara que: “A Escola de Pharmacia de Ouro Preto, embora com diminuto número de alunos funciona com regularidade” (ANDRADA, 1928, p. 64). Teria a matrícula no curso de Odontologia de Ouro Preto reduzido assim como no curso de Farmácia? Diante do exposto, pode-se inferir que a transferência da capital para Belo Horizonte impactou o quantitativo de alunos que frequentavam as escolas superiores de Ouro Preto.

Em seus estudos, Pierre Bourdieu (1974) demonstra como os agentes sociais buscam legitimação profissional via aquisição do diploma escolar. O período da Primeira República viu crescer a demanda por títulos de bacharéis como uma forma de status/distinção e presenciou por sua vez a proliferação de instituições de ensino superior, carregadas da contradição do poder simbólico desses diplomas diante das regras sociais.

ainda que o ingresso nas profissões liberais suponha a posse de títulos escolares elevados, o acesso às posições mais elevadas nestas profissões depende um pouco menos da posse de um capital econômico e social do que no setor industrial e comercial, o que explica a taxa muito elevada de hereditariedade profissional, sobretudo na elite médica onde existem verdadeiras dinastias profissionais (BOURDIEU, 1974, p. 334).

Logo, a criação do curso de Odontologia em Ouro Preto é reflexo deste cenário de expansão do ensino superior e de busca por legitimação dos saberes no campo das ciências/artes de curar.

A criação de inúmeras escolas por interesses políticos

Outra hipótese investigada por esta pesquisa é a de que o curso de formação de cirurgiões-dentistas de Ouro Preto sofreu esvaziamento do número de seus alunos devido ao surgimento de diversas instituições de ensino superior durante a Primeira República, ou seja, devida concorrência de cursos similares nas cidades de Alfenas, Uberaba, São Paulo etc. Na obra Raízes do Brasil (1995), Sérgio Buarque de Holanda demonstra que desde o Império o título de bacharel se tornou um símbolo de prestígio para as camadas mais abastadas e um elemento de distinção na vida pública. Os diplomas compreendidos como um capital simbólico se tornaram um elemento desejado na Primeira República, uma vez que, de acordo com Lowarde (2015, p. 12), “o mundo da política ligava-se de forma especial, neste período, ao mundo da educação”.

Vemos, portanto, que o papel de cientista ou professor do magistério superior não pode ser desvinculado, neste período, do caráter de homem público. Tratava-se de um círculo no qual a instalação de um curso superior dependia do capital e do prestígio das elites locais; ao mesmo tempo, ser um cientista ou professor universitário dotava o indivíduo do status atrelado, à época, ao caráter de regeneração social atribuído às ciências da saúde, e esse prestígio o alcança, necessariamente, à condição de homem público (LOWARDE, 2015, p. 7)

Observa-se na Primeira República estratégias distintas na busca de conversão do capital econômico (que é a riqueza material) em capital cultural e/ou simbólico. Segundo a perspectiva de Bourdieu:

A noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente). Mas, pode-se recusar a ver a estratégia como o produto de um programa inconsciente, sem fazer dela o produto de um cálculo consciente e racional. Ela é o produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais. [...] (BOURDIEU, 2004, p. 81).

Quais os motivos que levaram a extinção do curso de Odontologia de Ouro Preto? Será que os interesses e estratégias políticas dos sujeitos que sonharam com a criação de tal instituição se alteraram com a mudança da capital para Belo Horizonte ou então se alteraram diante da oportunidade de se criar novas instituições em outras regiões? Um caso que merece destaque é o de Pedro Drumond, sujeito que estudou no colégio do Caraça, no Seminário de Mariana e formou-se posteriormente em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Como foi dito anteriormente, a atuação de Pedro Drummond foi marcada pela defesa da concessão de licenças aos práticos que desejassem atuar em Minas Gerais e ao mesmo tempo na elaboração da proposta de 1886 de se criar um curso de Odontologia em Ouro Preto (ideia que não saiu do papel). Além disso, de acordo com Americano e Drummond (2022), o senador José Pedro Drummond teve participação decisiva na escolha de Curral Del Rei (distrito de Sabará e atual Belo Horizonte) para se tornar a nova capital de Minas Gerais. Os motivos que levaram a mudança da capital incluíam o desenvolvimento político e econômico de Minas Gerais; o fato de que Ouro Preto não oferecia condições adequadas face o seu relevo acidentado e, além disso, guardava em sua história e arquitetura as marcas de um passado de dominação portuguesa (AMERICANO; DRUMMOND, 2022).

Constata-se que Pedro Drummond possuía fortes relações políticas. Em Ouro Preto, por exemplo, foi eleito Senador Estadual a partir de 1891 e, reeleito sucessivamente, até 1918. No entanto, com a mudança da Capital, o prédio do Senado Estadual passou a ser em Belo Horizonte. Quais os motivos que levaram Pedro Drummond empenhar-se na transferência da capital para Belo Horizonte? Constata-se na imprensa da época que Dr. José Pedro Drummond, atuou como médico e professor da Faculdade de Odontologia de Belo Horizonte e que a sua despedida para a capital foi noticiada no jornal “Minas Gerais”, edição do dia 10/01/1898. De acordo com esses dados, corrobora-se que a transferência da capital para Belo Horizonte e a criação do curso de Odontologia na nova capital foi um motivo para o esvaziamento do interesse em se fomentar investimentos no Instituto Domingos Freire e no Curso de Odontologia de Ouro Preto. Corrêa e Gusmão (2011) também defendem que no final do século XIX,

a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, passou a condicionar as discussões e conseqüentemente a criação ou extinção de instituições de ensino. Tanto que, anos após a fixação da capital em Belo Horizonte, mais especificamente em 1902, a Sociedade de Medicina, Cirurgia e Farmácia da nova capital mineira constituiu comissão para a iniciativa de fundação de uma Escola Livre de Medicina. De acordo com os autores, houve resistência à ideia, em contraposição, visando a criação do curso médico em Belo Horizonte:

Havia o apoio do presidente do estado, o médico Silviano Brandão, e a contra-argumentação, principalmente de Aurélio Pires, que propunha a utilização de professores e laboratórios da Escola de Farmácia de Ouro Preto e a ida de estudantes a hospitais de cidades vizinhas, Ouro Preto, Sabará e Vila Nova de Lima (hoje Nova Lima). (CORREA; GUSMÃO, 2011. p. 106)

Correa e Gusmão (2011, p. 107) aludem que a efetivação da primeira escola médica mineira contou com a iniciativa de Cícero Ferreira e de Cornélio Vaz. Cornélio Vaz de Melo foi um dos sujeitos ao entorno da proposta de se criar o curso de parteiras no Instituto Domingos Freire (anexo à Escola de Farmácia de Ouro Preto) no final do século XIX. Ingressou na vida política quando foi eleito senador estadual em Minas Gerais, em 1899, e permaneceu no Senado mineiro até o ano de 1914, quando renunciou por motivo de ter sido nomeado, em 7 de setembro do mesmo ano, prefeito de Belo Horizonte (a nova capital mineira) pelo então presidente do estado, Delfim Moreira. Ficou no cargo até o ano de 1918 quando foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro. Destaque para o fato de que Cornélio Vaz de Melo, além de ser um dos Fundadores da Escola de Medicina de Belo Horizonte, também atuou como professor da Cadeira de Anatomia Médico-Cirúrgica, Operações e Aparelhos em 1911 e se elegeu como diretor da instituição neste mesmo ano. Diante do exposto, observa-se que a mudança da capital para Belo Horizonte desmotivou o interesse em se criar ou manter cursos da área da saúde em Ouro Preto. Em seus estudos, Paula (2020) investigando relatórios de presidentes de estado corrobora que havia desde o século XIX a ideia de se criar um curso de Medicina em Ouro Preto, mas a mudança da capital interrompeu tal projeto.

Além dos casos citados de políticos envolvidos na criação de cursos da área de saúde em Belo Horizonte, outro sujeito que viveu em Ouro Preto, se formou na tradicional Escola de Farmácia em 1905 e se lançou na vida política foi João Leão de Faria. Farmacêutico, implantou em Alfenas-MG os cursos de Farmácia e Odontologia em 1914. Segundo Lowande (2015), um dos motivos que levou João Leão de Faria a criar essa instituição era a visibilidade política que tal feito lhe daria. Decerto que em 1919 ele foi eleito deputado estadual. Essa íntima ligação entre a iniciativa de fundação de instituições de ensino e a vida política não se restringia a Alfenas.

Em Uberaba-MG, por exemplo, constata-se a existência de uma Escola de Pharmacia e Odontologia que funcionou no período entre 1926 e 1936. Tal instituição foi fundada por um grupo de profissionais e políticos da cidade, sob a iniciativa do médico Dr. Francisco Mineiro Lacerda. Após lograr êxito, a escola passou por problemas com seu reconhecimento oficial após o Decreto Federal n.º 19850 de 11 de abril de 1931 que definiu que as “Escolas de Farmácia e de Odontologia são fiscalizadas pelo Governo Federal, e cujo funcionamento fica pelo presente decreto impedido de continuar”. A instituição parou de funcionar no ano de 1936 (GUILHERME, 2016). Logo, observa-se

o amplo leque de cursos superiores que os jovens mineiros tinham na época e como eram inúmeros os motivos que levavam a criação de instituições de ensino na Primeira República: interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais. A posse do diploma e o bom uso do capital social pelos detentores desses títulos possibilitava que esses sujeitos alcançassem lugares de destaque na sociedade mineira. A pesquisadora Maria Alice Nogueira, estudiosa de Bourdieu, conceitua capital social como um conjunto de recursos vinculados a uma rede de relações entre membros de um grupo que se reconhecem e possuem diversas características em comum. Trata-se de um conjunto de relações sociais que podem ser de amizades, laços de parentesco ou vínculos profissionais. Essas ligações baseiam-se em trocas materiais e simbólicas, e estão profundamente limitadas aos espaços geográfico e socioeconômico.

O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (NOGUEIRA, 2011, p. 67).

De acordo com Queiroz (2016, p. 77-78), “ao mesmo tempo em que a possibilidade de extinção dos cursos de odontologia foi aventada, inclusive pela baixa procura, o prestígio social dos ocupantes da incipiente profissão fez barrar esse processo”.

As Reformas Educacionais da Primeira República

Outra hipótese desta pesquisa é que o curso de formação de cirurgiões dentistas de Ouro Preto se encerrou devido aos impactos das inúmeras reformas e alterações na legislação referente ao ensino superior na Primeira República (destaque para a reforma do estado de Minas Gerais de 21 de setembro de 1927 - Lei 1004). Ferrari (2011, p. 61) declara que em 1927 ficou estabelecido em Minas Gerais que apenas as faculdades de Farmácia e Odontologia que houvessem conseguido equiparação às federais poderiam ministrar seus cursos. Além disso, ficou estabelecido na época a existência de um sistema de fiscalização dos cursos que seria realizado às custas do governo estadual, “que compreendia visitas aos cursos, aulas e laboratórios, assistência aos exames vestibulares e finais, verificação dos currículos, e ainda exigiam a explicação de pelo menos três quartos dos mesmos e a apresentação de relatórios sobre as atividades, matrículas, frequências e condições financeiras da instituição” (Minas Gerais, 1927). Queiroz (2006, p. 68) aponta que, diante as reformas ocorridas no ano de 1927, a Escola de Odontologia de Ouro Preto e a Escola de Farmácia e Odontologia do Instituto Granbery em Juiz de Fora tiveram suas atividades encerradas.

José Ramos Dias (1989, p. 125) comenta que o curso de Odontologia de Ouro Preto até chegou a adotar o regime exigido pelo decreto federal nº 11.530 de 18 de março de 1925. No entanto, o maior rigor e exigências para se realizar a matrícula (apresentação de certificados de exames prestados em ginásios oficiais ou equiparados e exame vestibular), a frequência dos estudantes foi se reduzindo até o encerramento das aulas em 1927. Por sua vez, Victor Godoy (2019, p. 236-237) aponta o Decreto federal nº 15.003, de 15 de setembro de 1921, que regulamentou o serviço do Departamento Nacional de Saúde Pública, como o responsável pela redução do quantitativos de estudantes. Segundo o autor, tal decreto limitou o uso dos diplomas das escolas livres e estaduais.

Embora os diplomas da Escola de Odontologia de Ouro Preto fossem reconhecidos no Estado de Minas Gerais, a adoção de maior rigor nas exigências para a matrícula para obter a equiparação às escolas oficiais provocou a diminuição dos candidatos, e o curso teve as atividades encerradas em 1927, após diplomar 99 alunos. (GODOY, 2019, p. 236 -237).

A validade dos diplomas emitidos em Ouro Preto

Por fim, pode-se corroborar que outro motivo para o término das aulas de odontologia em Ouro Preto ocorreu pela falta de alunos e a dificuldade de se legitimar os diplomas de cirurgião-dentista. Qual legislação a Escola de Odontologia de Ouro Preto estaria sujeita? Seriam seus diplomas válidos apenas em nível estadual ou também no âmbito nacional?

De acordo com Paula (2022), em relação à legitimação do curso, o registro dos diplomas da Escola de Odontologia ocorria na Diretoria de Higiene do Estado sendo autorizado pela lei estadual nº 657 de 11/09/1915 e a vinculação à Escola de Farmácia para efeito de reconhecimento foi dada através da lei estadual nº 694 de 14/11/1917. No entanto, apesar do reconhecimento simbólico da legislação estadual, o curso de Odontologia necessitava respeitar o regime federal de equiparação, situação esta que se estendeu até o ano de 1927 quando o curso foi extinto. Complementa Paula (2022) que, em uma correspondência datada de 14 de junho de 1940, destinada ao Inspetor do Ensino Secundário e Superior, o escrevente menciona que os diplomas do Curso de Odontologia possuíam reconhecimento concedido apenas pelo estado. No entanto, após o encerramento do curso de Odontologia foi solicitado que a diretoria da Escola de Farmácia ficasse:

(...) autorizada a fornecer aos poucos alunos que terminaram o Curso de Odontologia e que não estão diplomados ainda, os respectivos diplomas, para o que será remetida a essa Secretaria uma lista dos referidos não diplomados. É a maneira de salvaguardar o direito de alguns ex-alunos da citada escola e que estão impossibilitados de exercer a profissão por falta do diploma (ARQUIVO E.F.OP, 1940).

Coincidentemente, no mesmo ano em que o curso de Odontologia parou de funcionar em Ouro Preto, foi criada a primeira universidade de Minas Gerais, na capital do estado, em Belo Horizonte. A Universidade de Minas Gerais foi criada pela Lei nº 956 através da junção dos cursos de direito, engenharia, medicina e da Escola de Farmácia e Odontologia.

Após a extinção do Instituto Domingos Freire e do curso de Odontologia de Ouro Preto, observa-se uma carência de profissionais formados na região. No ano de 1969, foi criada a Universidade Federal de Ouro Preto, da junção dos cursos de Engenharia de Minas e Farmácia. Paula (2022) alude que na década de 1980, existiu um projeto de criação de um curso de Odontologia na UFOP de duração de 3 anos e com a implementação para os concluintes de um quarto ano de prática na atividade profissional, que deveria ser exercida em laboratórios pilotos situados na cidade de Ouro Preto e em sua periferia. Paula (2022) aponta também que a ideia original contida no projeto era a de se oferecer 50 vagas no vestibular de julho de 1981, mas apesar dos investimentos e da experiência prática ocorrida na região no início do século XX,

o projeto não chegou a ser implementado e a Universidade Federal de Ouro Preto não forma dentistas até hoje.

Conclusão

Após a realização desta pesquisa, corrobora-se que desde o final do século XIX existiram projetos destinados à criação de um curso de Odontologia na cidade de Ouro Preto. No entanto, tal ideia apenas se concretizou em 1908 quando foi instalado o Instituto Profissional Domingos Freire anexo à Escola de Farmácia. Tal instituição contou com a autorização do governo e tinha a finalidade de manter cursos de Odontologia, Obstetrícia e de Preparatórios. Entre os motivos para a criação desse curso em Ouro Preto, destaca-se o argumento de Queiroz (2006) que ressalta que os cursos de Odontologia, junto com os de Farmácia, eram considerados menos onerosos e também mais fáceis de serem mantidos do que os de Medicina. Na fundação do curso de Odontologia de Ouro Preto ficou condicionado que o seu funcionamento não poderia provocar nenhuma “perturbação” aos trabalhos desenvolvidos no curso farmacêutico da Escola de Farmácia. Dessa forma, corroborou-se que a existência do curso acabou se tornando um agravador para o bom funcionamento do curso farmacêutico devido ao compartilhamento de espaço, equipamento e de docentes. Após o encerramento do curso de odontologia, o curso farmacêutico continuou a funcionar de forma perene e hoje abriga um museu em seu prédio histórico.

Outra constatação foi a de que a mudança da capital para Belo Horizonte e a concorrência direta em relação às matrículas em outras instituições de ensino odontológico da capital ou de outras cidades mineiras teria provocado o fim do curso de Ouro Preto na Primeira República. Logo, observa-se que a transferência da capital para Belo Horizonte e a criação do curso de odontologia na nova capital foi um motivo para o esvaziamento do interesse político/educacional em se fomentar investimentos no Instituto Domingos Freire e no Curso de Odontologia de Ouro Preto.

Outra hipótese desta pesquisa que foi comprovada é a de que o curso de formação de cirurgiões dentistas de Ouro Preto se encerrou devido aos impactos das inúmeras reformas e alterações na legislação referente ao ensino superior na primeira República (destaque para a reforma do estado de Minas Gerais de 21 de setembro de 1927 - Lei 1004). José Ramos Dias (1989, p. 125) comenta que o curso de Odontologia de Ouro Preto até chegou a adotar o regime exigido pelo decreto federal nº 11.530 de 18 de março de 1925. No entanto, o maior rigor e exigências para se realizar a matrícula (apresentação de certificados de exames prestados em ginásios oficiais ou equiparados e exame vestibular) a frequência dos estudantes foi se reduzindo até o encerramento das aulas em 1927. Diante do quadro apresentado anteriormente, observa-se o papel que a Escola de Farmácia de Ouro Preto exerceu na expansão educacional na região e a lacuna que a extinção do curso de Odontologia do Instituto Domingos Freire deixou na formação de profissionais formados na região de Ouro Preto, que até hoje não possui um curso superior na área odontológica.

Referências

AMERICANO, Fábio; DRUMMOND, Maria. *Fragmentos de Histórias – Dionísio e sua gente* V1 Tomo 1. História do Município Dionísio - MG. DR. JOSÉ PEDRO DRUMMOND - Edelberto Augusto Gomes Lima, 2022.

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. *Relatório de Presidente do Estado de Minas Gerais*, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, 14 de julho de 1928.

ARQUIVO E.F.OP. Requerimentos e Correspondências referentes ao ano de 1940, pasta 180. *Arquivo Histórico da Escola de Farmácia de Ouro Preto*.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____, Pierre. *Coisas ditas: Pierre Bourdieu*, São Paulo, Brasiliense, 2004.

BRANDÃO, Julio Bueno. *Relatório do Presidente Julio Bueno Brandão*, 15 de junho de 1914.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> Acesso em: 28 agosto 2024.

BRATT, Carvalho. *Arquivo da escola de Farmácia de Ouro Preto*, número: 072, ano de 1908.

CARVALHO, Cristiana Leite. A transformação no mercado de serviços odontológicos as disputas pelo monopólio da prática odontológica no século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 1, p. 55-76, jan.-mar 2006.

CORRÊA, Edison José; GUSMÃO, Sebastião Nataniel Silva. Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – da criação à federalização. *Rev Med Minas Gerais*; 21(1): 105-111, 2011.

DIAS, J. R. *Apontamentos históricos do Sesquicentenário da Escola de Farmácia de Ouro Preto*. 3ed. rev. Ouro Preto: UFOP/Escola de Farmácia, 1989.

FERRARI, Mario André Maximilian Couto. *História da Odontologia no Brasil – o currículo e a legislação entre 1856 e 1931* [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Odontologia, 2011.

FREITAS, Sérgio Fernando Torres. *História Social da cárie dentária*. Bauru: Edusc, 2001.

GODOY, Victor Vieira de. *A Escola de Farmácia de Ouro Preto: a memória sublimada*. São Paulo: Metalivros, 2019.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

GUILHERME, William Douglas. *A Escola de Pharmacia e Odontologia de Uberaba: Francisco Mineiro de Lacerda e o Ensino Superior no Triângulo Mineiro - 1926 a 1936*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Marília-SP, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. O curso de farmácia: a EFOA, o ensino farmacêutico e as transformações socioculturais no Brasil entre 1914 e 2014. In: EUGÊNIO, Alisson (Org.). *Universidade Federal de Alfenas: História de uma instituição centenária e de sua primeira década de transformação em universidade (2005-2015)*. 1ªed. Alfenas: UNIFAL-MG, 2015, p.40-73.

MARTINO, Luiz Vicente Souza.; BOTAZZO, Carlos; ZILBOVICIUS, Celso. Os caminhos públicos da odontologia paulista no início do século XX. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 141–156, 2010.

MOURA, Raul Soares. *Relatório de Raul Soares de Moura* 14 de julho de 1924.

NEVES ABREU, Jean. Como “ciência e arte”: estratégias de legitimação da farmácia e conflitos entre os praticantes de cura em Minas Gerais (1890-1899). *Revista Ágora*, [S. l.], v. 32, n. 1, p. e-2021320109, 2021.

NOGUEIRA, Maria Alice. *Bourdieu e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Alfredo (Orgs). *Pierre Bourdieu: Escritos de educação*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

PAULA, Leandro Silva de; CARVALHO, Rosana Areal de. As reformas educacionais na Escola de Farmácia de Ouro Preto (1890-1911). *Acta Scientiarum. Education*, 42(1), e45136, 2020.

PAULA, Leandro Silva de. O processo de federalização da Escola de Farmácia e a criação da Universidade Federal de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil). *Cadernos de História da Educação*, v. 21, 2022.

PEREIRA, Wander. Uma história da Odontologia no Brasil. *Revista História & Perspectivas*, [S. l.], v. 25, n. 47, 2013.

QUEIROZ, Maria Goretti. *O ensino da odontologia no Brasil: concepções e agentes*. 2006. 370 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

REIS, A. P. *Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto*, pasta número 75, ano de 1908.